



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)


CONCURSO PÚBLICO

**CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE UM VEÍCULO
TÁTICO DE TRANSPORTE PESSOAL (VTTP) PARA O
QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MUNICIPAIS DE
LOULÉ**

CADERNO DE ENCARGOS



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

ARTIGO 1º **OBJECTO**

1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a **CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE UM VEÍCULO TÁTICO DE TRANSPORTE PESSOAL (VTTP) PARA O QUARTEL DE BOMBEIROS MUNICIPAIS DE LOULÉ**, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II do presente Caderno de Encargos.

ARTIGO 2º **CONTRATO**

1- O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos, celebrando-se por escrito.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

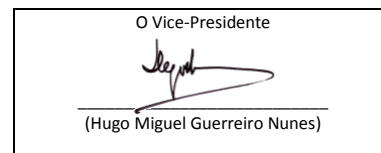
- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do presente Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar ou pelo órgão a quem esta competência tenha sido delegada;
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



ARTIGO 3º

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega do bem identificado na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia do bem;
- c) Obrigação de manter a Câmara Municipal de Loulé permanentemente informada sobre as alterações que forem sendo introduzidas na viatura pelos fabricantes, fornecendo-lhe as correspondentes instruções;
- d) Obrigação de proporcionar cursos de formação aos condutores da Câmara Municipal de Loulé que utilizarão o equipamento.

ARTIGO 4º

ENTREGA DO BEM OBJECTO DO CONTRATO

1- A entrega do bem será efectuada nas instalações do Corpo de Bombeiros de Loulé, localizada na Rua Humberto Pacheco, 8100-735 Loulé, no prazo indicado na proposta do adjudicatário.

2- O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega da viatura, manuais em língua portuguesa com instruções sobre a operação, manutenção e reparação da viatura, incluindo todos os equipamentos e acessórios, quer sejam mecânicos, hidráulicos, pneumáticos ou eléctricos.

3- O adjudicatário obriga-se a fornecer com o equipamento Declaração de Conformidade CE.

4- Todas as despesas e custos com o transporte do bem objecto do contrato e respectivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

ARTIGO 5º

CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DO BEM

1- O fornecedor obriga-se a entregar à Entidade Adjudicante o bem objecto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

2- O bem objecto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para o fim a que se destina.

3- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

4- O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância do bem objecto do contrato que exista no momento em que o bem lhe é entregue.

ARTIGO 6º

INSPECÇÃO E REALIZAÇÃO DE TESTES

1- Efectuada a entrega do bem objecto do contrato, a Entidade Adjudicante, procede, no prazo de 5 dias, à inspecção quantitativa e qualitativa do mesmo, com vista a verificar, respectivamente, se o mesmo reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2- A inspecção qualitativa a que se refere o número anterior será efectuada da seguinte forma:

- Verificação das características técnicas de acordo com o exigido no Caderno de Encargos (passíveis de serem confirmadas mediante inspecção visual);
- Realização de testes que consistirão na utilização da viatura para o fim a que se destina.

ARTIGO 7º

INOOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS

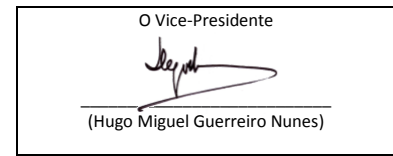
1- No caso da realização dos testes não comprovar a total operacionalidade do bem objecto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve disso informar, por escrito, o fornecedor.

2- No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade do bem e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3- Após a realização das substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respectivo, a Entidade Adjudicante procede à realização de novos testes, nos termos da cláusula anterior.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



ARTIGO 8º

ACEITAÇÃO

1- Caso os testes comprovem a total operacionalidade do bem objecto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não existam defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve proceder à aceitação do bem, mediante a emissão de um auto de recepção, assinado pelo representante do fornecedor e da Entidade Adjudicante.

2- Com a assinatura do auto de recepção, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para o contraente público, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

ARTIGO 9º

GARANTIA

1- Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante a viatura por um período mínimo de garantia total, igual ou superior a vinte e quatro meses, a contar da data da assinatura do auto de recepção.

2- Para efeitos de garantia, não se exceptuam quaisquer órgãos, peças ou equipamentos da viatura, tais como amortecedores, bateria, rádio, etc.

ARTIGO 10º

SIGILO

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da entidade adjudicante.


ARTIGO 11º

PREÇO CONTRATUAL

1- Pelo fornecimento do bem objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte do bem objecto do contrato para o respectivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

ARTIGO 12º

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1- A quantia devida pela Entidade Adjudicante deve ser paga no prazo de 60 dias após a recepção da respectiva factura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respectiva.

2- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados na factura, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

ARTIGO 13º

PENALIDADES CONTRATUAIS

1- Se o fornecedor não cumprir o prazo de entrega estabelecido, ou o que venha a ser acordado, acrescido das prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o valor da adjudicação, de montante a fixar nos seguintes termos:


- a) 2% (dois por cento) no primeiro dia de atraso;
- b) + 4% (quatro por cento) no segundo dia de atraso;
- c) + 6% (seis por cento) no terceiro dia de atraso;
- d) + 8% (oito por cento) por cada dia de atraso, a partir do quarto dia de atraso em diante, até ao limite de 36% (trinta e seis por cento).

2- Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o contraente público pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 20% do preço contratual.

3- Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do ponto 1, relativamente ao bem objecto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respectiva resolução.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

4- Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5- As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

6- Para efeitos da aplicação das penalidades previstas, considera-se que o prazo de entrega do bem se encontra cumprido na data do fornecimento, desde que se encontre em condições de ser recebido.

ARTIGO 14º

FORÇA MAIOR

1- Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

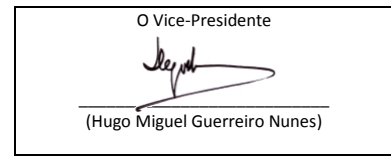
2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

ARTIGO 15º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias seguidos.
- b) Quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

ARTIGO 16º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

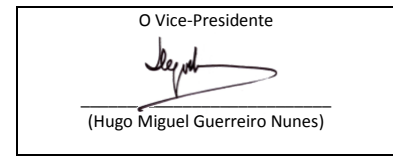
- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



ARTIGO 17º

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 18º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 19º

PREÇO BASE

O preço base do procedimento é **€ 55.000,00** (cinquenta e cinco mil euros).

ARTIGO 20º

PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

De acordo com o disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 71º do CCP, considera-se que o preço total da proposta é anormalmente baixo, quando este for igual ou inferior a **€ 27.500,00**. (vinte e sete mil e quinhentos euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

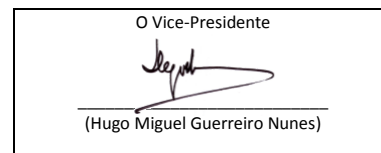
ARTIGO 21º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato tem natureza administrativa e é regulado pela legislação portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO VEÍCULO TÁTICO DE TRANSPORTE DE PESSOAL (VTTP)

1- DEFINIÇÃO

Veículo da classe L, categoria 2 ou 3, destinado ao transporte de pessoal e equipamentos, de suporte às unidades operacionais, de acordo com a Norma Europeia 1846 — 1,2,3.

2- CARACTERÍSTICAS DE DESEMPENHO DO VEÍCULO

2.1- Carga Útil/Peso Bruto

O peso bruto do veículo deve respeitar a homologação do IMT. Entende-se por peso bruto, o somatório de:

- a) Peso do chassis;
- b) Peso da superestrutura;
- c) Peso do equipamento;
- d) Peso da guarnição (média 90kg/bombeiro);
- e) Peso dos agentes extintores.

Os pesos/ cargas a respeitar deverão ser os seguintes:

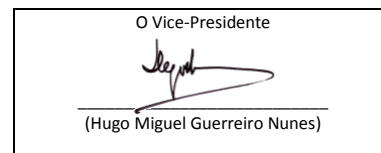
- Tara: superior a 2000 kg e inferior a 2100 kg;
- Peso bruto: superior a 3000 kg;
- Capacidade de carga: superior a 950 kg;
- Capacidade de reboque (com travões): superior a 3000kg;
- Capacidade de reboque (sem travões): superior a 700kg;

2.2- Autonomia

A capacidade do depósito de combustível deve permitir realizar, com a carga normal, um percurso mínimo de 300 km em estrada de perfil medianamente acidentado.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



O orifício com rede de proteção de enchimento do depósito de combustível deve ser de fácil acesso nas operações de enchimento, tendo nas proximidades a indicação do tipo de combustível (diesel) e o tampão em cor amarela, com chave.

2.3- Desempenho

Devem ser respeitadas as Tabelas 3 e 7, da EN 1846 -2:

a) Diâmetro exterior de viragem:

O diâmetro exterior de viragem à esquerda e à direita deve ser inferior ou igual a 16 metros, entre muros;

b) Velocidade

A velocidade de cruzeiro do veículo em patamar deve situar -se entre os 85 km/hora e a velocidade máxima admitida pela legislação em vigor;

c) Ângulos

Os veículos devem respeitar a EN 1846 -2, para a classe L, categorias 2 ou 3.

d) Dimensões

O veículo deverá respeitar as seguintes dimensões:

- Comprimento: superior a 5000 mm;
- Largura: superior a 1800 mm;
- Distância entre eixos: superior a 3000 mm;

3- CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS DO VEÍCULO

3.1- Motor

- a) O motor deve funcionar a diesel e respeitar a legislação nacional e comunitária relativa às emissões, comumente designada por «EURO»¹.
- b) O motor deve permitir um arranque e funcionamento normais às temperaturas de utilização.
- c) Cilindrada igual ou superior a 1900 cm³;

¹ Regulamento (CE) n.º 595/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009, alterado pelo Regulamento (UE) n.º 582/2011, da Comissão, de 25 de maio de 2011 e Decreto -Lei n.º 346/2007, de 17 outubro, alterado pelo Decreto -Lei n.º 196/2009, de 24 agosto.



(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

- d) Potência máxima (cv): igual ou superior 150 cv;
- e) Binário máximo (nm): igual ou superior 350 nm;
- f) Emissões CO2 (g/km): inferior a 200 g/km;
- g) O veículo deverá estar equipado com proteção de motor em aço de forma a proteger toda a parte inferior do veículo, principalmente o motor, caixa de velocidades, depósito de combustível, diferenciais, cárter do óleo e demais elementos que possam embater no chão.

3.2- Caixa de Velocidades

- a) A caixa de velocidades deve ser manual, preferencialmente com 6 (seis) velocidades;
- b) As tomadas de força devem ser acionadas diretamente pela caixa de velocidades, estarem preparadas para serviço contínuo prolongado e, preferencialmente, ser de marca igual à caixa de velocidades.

3.3- Eixo e Diferencial

O veículo deve possuir dois eixos com tração a todos os eixos.

3.4- Suspensão

A suspensão deve ser adequada ao serviço de incêndios e assegurar as características de desempenho dinâmico exigidas em 1.3, atendendo às velocidades e à carga transportada, estar preparada para suportar constantemente a Massa Total em Carga (MTC).

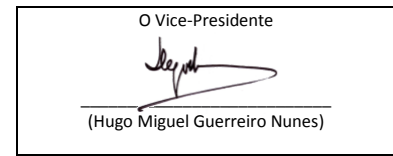
3.5- Vidros

O veículo deve possuir:

- a) Vidros elétricos;
- b) Vidros laterais (frente + traseira) escurecidos;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



3.6- Capacidade Todo-o-Terreno

- a) O veículo deverá possuir sistema de controlo de descida de vertentes e apresentar condições técnicas para ultrapassar as seguintes inclinações:
 - i. Angulo de ataque: superior a 30º;
 - ii. Angulo de saída: superior a 25º.
- b) Deverá ser instalado um tubo *Snorkel* e demais adaptações necessárias e suficientes de modo a ser possível circular em zonas inundadas.

3.7- Travões

- a) O veículo deve estar equipado com sistema de travagem que cumpra a legislação nacional e europeia aplicável.
- b) O veículo deve dispor de uma válvula reguladora de pressão do controlo de enchimento dos depósitos de ar, equipada com tomada rápida para enchimento dos depósitos através de fonte externa e possuir uma saída para ligar um tubo racord para enchimento dos pneus.

3.8- Rodas e Pneus

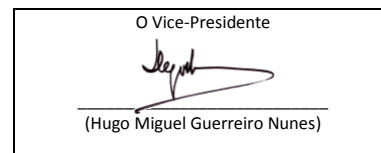
- a) O rodado deve ser simples à frente e à retaguarda. A pressão dos pneus deve estar indicada no veículo, por cima dos guarda-lamas, de modo indelével e com a indicação da unidade de pressão (bar).
- b) Os pneus devem ser do tipo misto, com boa aderência ao piso, devendo possuir roda de reserva igual e completa, de fácil acesso e manuseamento e cumprir a legislação nacional e europeia aplicável;
- c) As jantes instaladas no veículo deverão ser de 17" em liga leve.

3.9- Direção

A direção do veículo deve ser assistida e com o volante do lado esquerdo.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



3.10- Pedais de Comando

O intervalo entre os bordos dos pedais do travão e do acelerador deve permitir a condução com botas.

3.11- Componentes Eletrónicos

- a) Os componentes eletrónicos de apoio à condução, nomeadamente, ABS, ASR, ESP entre outros, devem poder ser desligados quando em condução fora de estrada, salvo condição em contrário do fabricante do chassis.
- b) Entre outros, o veículo deve possuir os seguintes componentes eletrónicos:
 - i. Controlo anti patinagem;
 - ii. Controlo de estabilidade;
 - iii. Controlo de tração;
 - iv. *Cruise Control*;
 - v. ABS;
 - vi. Airbag de condutor;
 - vii. Airbag de passageiro.

3.12- Lubrificação

- a) O equipamento do chassis não deve impedir o acesso aos diferentes corpos lubrificadores, que devem estar devidamente referenciados pela cor amarela;
- b) Deve existir um esquema de lubrificação inscrito numa placa indicadora, situada, de preferência, na face interna da porta do condutor à melhor altura possível para uma fácil leitura.

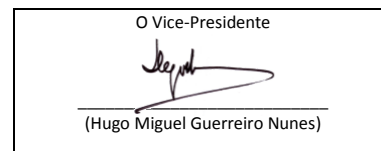
3.13- Proteção

O veículo deverá possuir uma grelha frontal de proteção, de forma a evitar danos causados por elementos naturais ou outros aquando de deslocações fora de estrada.

Preferencialmente esta grelha deverá ser em tubo inoxidável.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



4. EQUIPAMENTO ELÉTRICO DO VEÍCULO

4.1- Generalidades

- a) Todos os equipamentos elétricos a instalar no veículo, tem obrigatoriamente de obedecer às normas CEE;
- b) O Veículo deve estar equipado com o conjunto de luzes previsto no Código da Estrada e demais legislação aplicável e as utilizadas em veículos de emergência, como faróis do tipo STROB;
- c) O veículo deverá possuir faróis diurnos em LED;
- d) Os circuitos devem estar protegidos por fusíveis calibrados, referenciados num quadro e facilmente acessíveis, existindo uma coleção para substituição. Através de conveniente isolamento e filtragem, será, garantida a não interferência com o equipamento rádio conforme a legislação nacional e europeia aplicável;
- e) O chassis e a superestrutura não devem ser utilizados para distribuição e retorno de corrente elétrica (massa), pretendendo-se uma linha dedicada;
- f) Deve estar disponível tensão de 12 V para ligação de equipamento auxiliar. Deverá ser respeitada a legislação nacional e europeia relativa a compatibilidade eletromagnética. Deve estar disponível tensão de 12 V para ligação de equipamento auxiliar.

4.2- Baterias

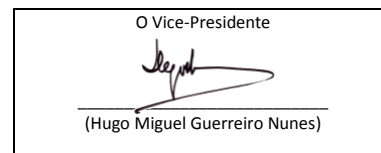
- a) As baterias devem ter instalados dois bornes extra devidamente identificados, para efeitos de encosto. As baterias devem ser sobredimensionadas na sua capacidade. O compartimento de baterias deve facilitar o acesso para inspeção e manutenção e ser resistente aos ácidos;
- b) O veículo deve estar equipado com um sistema de carregamento de baterias alimentado a 220V A.C., que deverá desligar-se automaticamente sempre que o motor do veículo é acionado.

4.3- Alternador

O veículo deve estar equipado com um alternador, de capacidade sobredimensionada para o fim a que se destina, situação a ser devidamente comprovada pelo carroçador.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



4.4- Avisadores e Projetores Especiais

De forma a assinalar a marcha de emergência, o veículo deverá estar dotado com as seguintes características:

- a) Uma sirene eletrónica, com o mínimo de 100 W, colocada sob tensão por um interruptor, com uma ponte ou sinalizadores luminosos azuis que deverá/deverão ser vistos num ângulo de 360° e altifalante exterior, colocada na parte superior do veículo, a ativar pelo condutor e/ou pelo chefe da equipa;
- b) Dois sinalizadores luminosos, de marcha de urgência, azuis, intermitentes, (tipo STROB), colocados na parte da frente do veículo, preferencialmente junto aos faróis, de modo a serem visíveis pelo condutor do veículo da frente a, pelo menos, 100 metros, sendo eficientemente protegidos contra choques e instalados sem perfuração da cabina;
- c) Dois sinalizadores luminosos, de marcha de urgência, azuis, intermitentes, (tipo STROB) colocados na traseira do veículo, visíveis em condições normais a, pelo menos, 100 metros;
- d) Um projetor orientável e amovível de, pelo menos, 100 W, ou outro sistema com capacidade de iluminação equivalente montado à frente do lado direito da cabina;
- e) Um projetor orientável e amovível de, pelo menos, 100 W, ou outro sistema com capacidade de iluminação equivalente montado à retaguarda, do lado esquerdo;
- f) Dois faróis de nevoeiro protegidos com grelha metálica, colocados na grelha frontal do veículo;

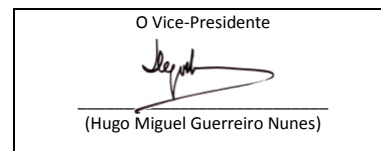
5 CARACTERÍSTICAS DA CABINA

5.1- Interior da Cabina

- a) A cabina com lotação de cinco lugares;
- b) O piso deve ser antiderrapante e com possibilidade de escoar líquidos;
- c) A cabina deve possuir portas com fechaduras iguais e janelas com vidros móveis, que no caso de terem elevadores devem ser iguais entre si, conforme a legislação nacional e europeia aplicável. Deve ser assegurada a comunicação direta entre todos os elementos da guarnição e existir pegas para, em terreno acidentado, possibilitar apoio aos membros da equipa;
- d) Ar Condicionado automático;
- e) A iluminação do habitáculo será garantido, pelo menos, com dois pontos de luz sendo um à frente e outro na parte de trás da cabina. A cabina deve ter bom isolamento sonoro e satisfazer, na generalidade, os seguintes requisitos:
 - i. Espaço suficiente para a instalação de dois emissores -recetores;
 - ii. Uma lanterna LED para leitura de mapas do lado direito no interior da cabina;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



- iii. Lugar do condutor regulável, permitindo uma condução segura e cómoda;
- iv. Todos os lugares devem estar equipados com encostos de cabeça, cintos de segurança certificados de acordo com a legislação nacional e europeia, com pré-tensores.
- f) Volante com comandos multifunções;
- g) Volante com regulação em altura e profundidade;
- h) 2 Tomadas de 220 V (junto ao banco traseiro);
- i) 1 Tomadas de 12 V (1 junto ao banco traseiro);
- j) 2 Tomada USB (painel frontal).

5.2- Segurança Passiva da Cabina

A segurança da cabina deve ser total e obedecer às seguintes condições:

- a) Os vidros devem respeitar a legislação nacional e europeia aplicável;
- b) Não devem existir esquinas vivas e outros fatores que possam provocar ferimentos;
- c) A estrutura externa da cabina deve ser reforçada com arco de segurança exterior ou no interior da estrutura, que será construído em tubo de aço sem costura (rollbar), resistente às deformações produzidas por capotamento;
- d) Na frente do veículo deverá existir uma grelha de proteção com a instalação de faróis/projetores (LED).

5.3- Painel de Comando e Controlo

A cabina deve possuir um painel de comando equipado com, pelo menos, os seguintes instrumentos de manobra e controlo, devidamente identificados:

- a) Uma tomada de corrente identificada para gambiarra de 12 V C.C.;
- b) Outros sinalizadores ou avisadores considerados indispensáveis ao bom e eficiente funcionamento do veículo e acessórios, desde que respeitem legislação nacional e europeia.

5.4- Placa de Identificação

Na cabina deve existir uma placa de identificação do veículo referindo pelo menos:

- a) Nome do construtor (carroçador);
- b) Modelo e número do chassis (quadro);



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

- c) Massa total em carga;
- d) Ano de fabrico do chassis e da superestrutura.

6- CARACTERÍSTICAS DA SUPERESTRUTURA

O veículo pode possuir uma superestrutura ou ser aproveitado o carroçamento original.

6.1- Cofres

O veículo deve ser equipado com cofre para acondicionamento de equipamentos. Este cofre poderá ser instalado debaixo do banco traseiro ou na caixa de carga.

6.2- Equipamento de extinção

O veículo deverá possuir devidamente instalados e acondicionados na caixa do veículo 2 (dois) extintores de pó químico ABC, de 6 quilos.

6.3 Caixa de carga

- a) O veículo deverá possuir uma caixa de carga metálica, com revestimento de proteção Linex ou equivalente;
- b) Deverá possuir 4 ganchos metálicos com resistências para 400 kg-700 kg;
- c) Barras de apoio (Roll Bar) em tubo inoxidável, nas laterais e parte frontal da caixa de carga;

7- FERRAMENTAS PRÓPRIAS DO VEÍCULO E DO EQUIPAMENTO

A carga mínima obrigatória de material e ferramenta próprios do veículo e do equipamento deve ser a seguinte:

7.1- Ferramentas Próprias do Veículo:

- a) Conjunto de chaves acondicionadas em caixa de ferramenta:



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

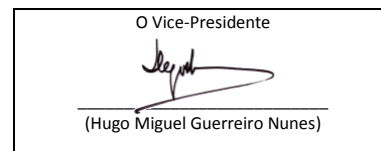
- i. Doze chaves de duas bocas fixas, em aço crómio-vanadium;
 - ii. Um jogo de chaves de fendas, estrela, torx sextavado interior e pozidriv, em aço crómio-vanadium;
 - iii. Uma chave de grifos;
 - iv. Um alicate universal.
- b) Um macaco hidráulico adaptado ao peso bruto do veículo;
- c) Dois calços de rodas;
- d) Uma cinta de reboque com 6 metros, suficientemente robusta para resistir à tração do veículo completamente carregado;
- e) Um guincho instalado na parte frontal do veículo, com capacidade de tração do veículo carregado quando aplicada da roldana;
- f) Uma roldana desmultiplicadora com capacidade para a deslocação do veículo;
- g) Sistema de Bola de Reboque com tomada de 6 pin;
- h) Equipamentos de socorro e sinalização regulamentares.

7.2- Equipamento Específico:

- a) Quatro bolsas individuais de ferramenta com cinto contendo cada uma:
- i. Um saca-pipos;
 - ii. Um mini arranca-pregos;
 - iii. Um punção quebra -vidros;
 - iv. Um corta -cintos.
- b) Uma Caixa de ferramenta contendo:
- i. Um alicate universal;
 - ii. Uma faca;
 - iii. Uma chave de fendas;
 - iv. Uma fita métrica;
 - v. Uma turquês;
 - vi. Uma chave francesa;
 - vii. Um maço de madeira;
 - viii. Uma lâmina tipo x-ato;
 - ix. Dois Saca pipos;
 - x. Um mini arranca pregos;
 - xi. Um punção quebra vidros;
 - xii. Um corta cintos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



8- EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÕES

8.1- Emissores-Recetores Móveis

O veículo deve possuir equipamentos móveis, homologados, montados na cabina, de fácil manejo por parte do chefe de equipa, e dois planos-terra em painel metálico, no tejadilho, destinados às antenas de rádio:

- a) Emissor-recetor móvel de banda alta VHF (faixa dos 152 -173 MHz), com 150 canais;
- b) Emissor-recetor móvel para operação na rede Tetra SIRESP com antena com capacidade de receção de sinal GPS;
- c) Apenas os cabos de ligação da portadora ao equipamento deverão estar visíveis. Toda a restante cablagem deverá ser colocada no interior das forras do veículo ou do tablier, minimizando assim o número de cabos pendurados. Sempre que necessário deverá ser considerado o uso de cabos-extensão.

8.2- Outros Equipamentos

No veículo devem existir, ainda, os seguintes equipamentos:

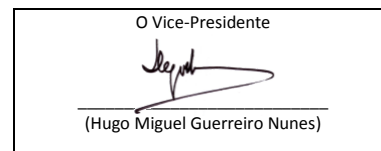
- a) Um emissor-recetor portátil de banda alta VHF (faixa dos 152 -173 MHz), com 16 canais e carregador veicular;
- b) Um emissor-recetor portátil para operação na rede Tetra SIRESP com antena com capacidade de receção de sinal GPS e carregador veicular;
- c) Um GPS com antena exterior, 12 canais paralelos no mínimo, cartografia nacional detalhada e atualizada, armazenamento mínimo de 10 (dez) rotas, marcação de 100 (cem) pontos de interesse, função zoom in/out. Deve permitir operação portátil e operação em instalação solidária veicular;
- d) Duas lanternas portáteis, recarregáveis no veículo em suporte próprio, antideflagrantes, antiestáticas, proteção IP 66 com carga de 12 volts c.c ou 24 volts c.c, duas intensidades luminosas com um mínimo de quatro horas de utilização na intensidade máxima ou oito horas na mínima, conforme diretiva 94/9/CEE e alternativa de carregamento externo com 220 V c.a, conforme normas nacionais e europeias;

8.3- Alimentação dos Equipamentos

Todos os equipamentos devem ser alimentados pelas baterias do veículo.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



9- EQUIPAMENTO DE SOCORRO SANITÁRIO

A carga mínima obrigatória de material de socorro sanitário deve ser a seguinte:

9.1- Uma caixa de primeiros socorros rígida ou semirrígida em material lavável, com bandoleira, ou alças que contenha:

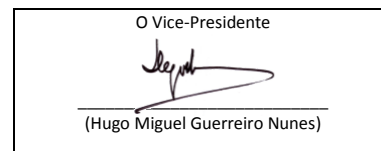
- a. Material de Contenção e Penso:
 - i. Dez embalagens com 3 compressas esterilizadas, tamanho 10x10;
 - ii. Cinco pensos esterilizados de grande dimensão, 20x20;
 - iii. Cinco ligaduras de gaze 10x10;
 - iv. Cinco ligaduras elásticas 5x8;
 - v. Cinco compressas oculares esterilizadas, (emb. Individual);
 - vi. Um rolo de adesivo comum 5x5.
- b. Material de Imobilização:
 - i. Duas talas moldáveis, (tipo SAM);
 - ii. Dois colares cervicais universais descartáveis.
- c. Material de Limpeza e Desinfecção:
 - i. Iodopovidona, sol. Dérmica, 500 ml;
 - ii. Soro fisiológico de limpeza, 30 ml x6;
 - iii. Soro fisiológico, 500 ml x1.
- d. Material Diverso e de Conforto:
 - i. Uma Tesoura forte para roupa;
 - ii. Cinco Pinças descartáveis;
 - iii. Dois Sacos de frio “químico”, (Monouso);
 - iv. Uma Caixa de luvas de látex, (100 unidades), não esterilizadas, ambidextras;
 - v. Duas Mantas isotérmicas dupla face;
 - vi. Um Lençol para queimados;
 - vii. Duas Máscaras para reanimação, (tipo *pocket mask*) c/ válvula unidirecional e c/ bolsa de transporte.

9.2- Uma maca de lona, ou material similar, desdobrável, lavável, com 8 pegas.

9.3- O material constante deste ponto deverá ser acondicionado em “mini-cofre”, fixo na caixa metálica e instalado de modo a minimizar a perda de capacidade de carga. Este “mini-cofre” deve ser estanque e com revestimento térmico dissipador de temperatura.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



10- PINTURAS, SÍMBOLOS E INSCRIÇÕES

10.1- Generalidades

O chassis deve ser protegido com uma pintura anticorrosão, com uma garantia de seis anos e aplicada antes da montagem da superestrutura, de acordo com as indicações dos fornecedores da marca do chassis.

10.2- Cores

O veículo deve ser pintado a vermelho acrílico, referência RAL 3000, com uma garantia de três anos, de base fosca e verniz para acabamento, devendo os para-choques ser preferencialmente pintados a branco acrílico, referência RAL 9010.

10.3- Inscrições

- a) No tejadilho ou capota do motor, os caracteres que compõem o número operacional devem ter as seguintes dimensões:
- a. Altura total — 200 mm;
 - b. Largura total — 120 mm;
 - c. Espessura de cada algarismo ou letra — 040 mm.
- b) O polígono onde se inscrevem os caracteres no tejadilho ou capota do motor, deve ter as seguintes dimensões médias:
- a. Altura — 720 mm;
 - b. Largura — 640 mm.

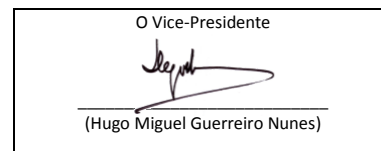
0	0	0	0
V	T	T	P
	0	1	

- c) Nas ilhargas, os caracteres que compõem o número operacional devem ter as seguintes dimensões:
- a. Altura total — 100 mm;
 - b. Largura total — 060 mm;
 - c. Espessura de cada algarismo ou letra — 020 mm.

Sempre que possível esta inscrição deve constar à retaguarda do veículo;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



- d) O polígono onde se inscrevem os caracteres nas ilhargas e na retaguarda deve ter as seguintes dimensões médias:
- a. Altura — 360 mm;
 - b. Largura — 320 mm.
- e) Nas partes laterais, em letras de 100 mm, a cor branca refletora, deve ser inscrita a palavra Bombeiros.

Sempre que possível esta inscrição deve constar à retaguarda e à frente do veículo.

Na inscrição frontal as letras serão inscritas em posição contrária de forma a serem legíveis a partir do retrovisor do veículo à sua frente;

- f) O nome do corpo de bombeiros deve ser inscrito lateralmente sob a palavra Bombeiros;
- g) A maquete com a proposta de intervenção gráfica na carroçaria do veículo deverá ser remetida para aprovação do Comandante do Corpo de Bombeiros (CB) de Loulé, de forma a manter a imagem visual e de *lettering* em vigor neste CB.

11- FORMAÇÃO

O contrato de venda do veículo deve conter obrigatoriamente um programa de formação adequado sobre o veículo e os equipamentos, com duração mínima de 2 horas.

12- PRAZO DE ENTREGA

O veículo deverá ser entregue num prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias após a outorga do contrato.